



rema

Educação Ambiental: tendências contemporâneas e o esperar no enfrentamento dos problemas socioambientais

Patrícia Rosas Porto¹

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7550-3794>

Tereza Verena Melo da Paixão Sampaio²

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9822-9895>

Célia Tanajura Machado³

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9015-2726>

Resumo: Este artigo visa analisar as repercussões da crise da pandemia da Covid-19 e das políticas conservadoras sobre as políticas da Educação Ambiental atualmente. As argumentações críticas versam, portanto, sobre a crise da pandemia da Covid-19, a crise socioambiental e o movimento de políticas públicas conservadoras voltadas para a Educação Ambiental. A atuação do Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental, Políticas Públicas e Gestão Social dos Territórios (Gepet) na defesa da Educação Ambiental e a ênfase nos interesses do Estado, frente às políticas de Educação Ambiental, são os referenciais orientadores da investigação. O estudo utilizou-se da Análise de Conteúdo, baseada em leitura de Bardin (2016), para a

¹ Mestre em Educação e Contemporaneidade - PPGEduc (2019), Especialização em Planejamento e Gestão da Educação (2003) Graduação em Pedagogia pela Universidade Católica do Salvador (1998). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, Políticas Públicas e Gestão Social dos Territórios /GEPET. Coordenadora Pedagógica do Ensino Fundamental anos finais, Professora do Ensino Fundamental anos iniciais e da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Olga Figueiredo de Azevedo. E-mail: pat.rosas@yahoo.com.br

² Doutoranda e Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Formada em Pedagogia pela Faculdade Adventista de Educação do Nordeste (FAENE). E-mail: verena_sonho@hotmail.com

³ Possui Licenciatura em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (1986), Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2007). Realizou o Pós-Doutorado no Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (2018). É líder do Trabalho - Grupo de estudos e pesquisas em Gestão, Trabalho e Educação e Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias em Educação (Gestec/UNEB). E-mail: cmachado@uneb.br

compreensão das categorias investigadas. Demais interlocuções foram estabelecidas com Pinto (1979), Lima (2004), Sorrentino (2005), Layrargues (2012), Loureiro (2012), Saito (2012), Velasco (2012), Mutim (2018), entre outros. Concluiu-se que são importantes a reflexão e a ação sobre os caminhos percorridos pelas políticas públicas e a educação no campo socioambiental, durante a pandemia, para a organização e o planejamento do pós-pandemia, com vistas à resolução dos conflitos socioambientais contemporâneos.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Pandemia da Covid-19. Crise socioambiental.

Educación Ambiental: tendencias contemporáneas y esperanza para enfrentar los problemas sociales y ambientales

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar las repercusiones de la crisis pandémica Covid-19 y las políticas conservadoras en las políticas de Educación Ambiental en la actualidad. Los argumentos críticos son, por tanto, en torno a la crisis pandémica del Covid-19, la crisis socioambiental y el movimiento de políticas públicas conservadoras de Educación Ambiental en la situación actual. El papel del Grupo de Investigación en Educación Ambiental, Políticas Públicas y Gestión Social de los Territorios (Gepet), en la defensa de la Educación Ambiental y el énfasis en los intereses del Estado con relación a las políticas de Educación Ambiental son los referentes que orientan la investigación. El estudio utilizó Análisis de Contenido en diálogo con Bardin (2016) para comprender las categorías investigadas. Otros diálogos se establecieron con Pinto (1979), Lima (2004), Sorrentino (2005), Layrargues (2012), Loureiro (2012), Saito (2012), Velasco (2012), Mutim (2018) y entre otros. Se concluye que la reflexión y la acción sobre los caminos que deben tomar las políticas y la educación en el campo socioambiental durante la pandemia son importantes para la organización y planificación de la pospandémica, con miras a la resolución de los problemas socioambientales contemporâneos. Conflictos ambientales.

Palabras clave: Educación Ambiental. Pandemia de Covid-19. Crisis social y medioambiental.

Environmental Education: contemporary trends and hope in facing social and environmental problems

Abstract: This article aims to analyze the repercussions of the Covid-19 pandemic crisis and conservative policies on Environmental Education currently. Critical arguments, therefore, deal with the Covid-19 pandemic crisis, the socio-environmental crisis and the movement of conservative Public Policies in the Environmental Education. The role of the Research Group on Environmental Education, Public Policies and Social Management of Territories (GEPET) in the defense of Environmental Education and the emphasis on the State's interests, in relation to Environmental Education policies, are the references that guide the investigation. The study used Content Analysis based on Bardin (2016), to understand categories under investigation. Thus, dialogues were established with Pinto (1979), Lima (2004), Sorrentino (2005), Layrargues (2012), Loureiro (2012), Saito (2012), Velasco (2012), Mutim (2018), among others. This text concludes that reflection and action on the paths that need to be taken by Public, Policies, and education in the socio-environmental field during the pandemic crisis are important for the organization and planning of the post-pandemic and in order to resolve contemporary socio-environmental conflicts.

Keywords: Environmental Education. Covid-19 pandemic. Social and environmental crisis.

Introdução

A crise socioambiental aponta para a urgência no trato de adversidades vivenciadas na contemporaneidade, para necessidades de ações de políticas públicas e esse cenário

problemático fundamenta-se na cisão presente na relação sociedade/natureza. Sendo assim, este texto busca analisar repercussões da crise da pandemia da Covid-19 e das políticas públicas conservadoras sobre as políticas da Educação Ambiental. Para tanto, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2016), para o estudo de diferentes fontes, nas quais foram buscadas as categorias Educação Ambiental, Educação Ambiental Crítica, Política para a Educação Ambiental, pandemia da Covid-19.

O artigo organiza-se em seis seções. Na primeira detalha-se a metodologia utilizada; na segunda apresenta-se uma análise desde a crise socioambiental antes da pandemia à crise durante a pandemia da Covid-19; na terceira seção trata-se da Política Nacional de Educação Ambiental e da importância das pesquisas da Educação Ambiental Crítica; na quarta explicitam-se as implicações da crise socioambiental, da crise pandêmica da Covid-19 e da política conservadora para as novas pautas da Educação Ambiental; na quinta dispõe-se sobre a pesquisa e o compromisso político-pedagógico da defesa, análise e proposição de novas pautas para a Educação Ambiental; por fim, o texto encerra-se com as considerações finais, última seção e onde são apontados elementos para um novo esperançar sobre a Educação Ambiental no Brasil.

Procedimentos metodológicos

A metodologia adotada nesse estudo privilegiou a análise de conteúdo (BARDIN, 2016), realizada com base em produções acadêmicas e texto jornalístico. Nesse sentido, empregou-se a técnica da análise temática ou categorial. O objetivo desse procedimento foi transformar os dados brutos em categorias facilitadoras da compreensão e da discussão do assunto em estudo.

Procedeu-se com a busca dos núcleos de sentido nos materiais selecionados, a partir do desmembramento temático (categorização) dos dados. Assim, realizou-se o exame em artigos, livros e matéria jornalística, cujos conteúdos versavam sobre Educação Ambiental, Educação Ambiental Crítica, política de Educação Ambiental do governo federal, impactos ambientais e pandemia da Covid-19. Dessa forma, foi selecionado um conjunto de materiais composto por: três artigos acadêmicos, dois livros e uma matéria jornalística,

publicados nos anos de 2019 e 2020. Após as primeiras leituras, ocorreu a sistematização dos dados brutos. Esses últimos conduziram a seleção do *corpus*, analisado, por sua vez, por meio do levantamento de hipóteses interpretativas e pré-fundamentações das inferências observadas. As inferências propiciaram a extração do máximo de deduções necessárias, bem como interpretação dos resultados encontrados, com base em referenciais teórico-metodológicos e documentos oficiais relacionados à temática. Dentre os referenciais teóricos-metodológicos utilizados na análise dos dados, destacam-se as produções de Pinto (1979), Lima (2004), Sorrentino (2005), Layrargues (2012), Loureiro (2012), Saito (2012), Velasco (2012) e Mutim (2018). Dentre os documentos oficiais, tornaram-se importantes para a análise aqueles referentes à Política Nacional de Educação Ambiental e à implantação do Programa de educomunicação socioambiental, publicados entre os anos de 1999 e 2008.

Da crise socioambiental à crise da pandemia da Covid-19

O conhecimento é intermediador da interação do homem com a natureza, é o único a garantir o enfrentamento dos problemas ambientais e nesse contexto, a crise ambiental relaciona-se à interposição de uma precária bagagem de saberes. Possíveis soluções para tal situação problemática vinculam-se à educação, configuram-se pela conscientização e pelo desenvolvimento de forma sustentável, ou seja, suportes na relação do homem com o ambiente. Os desafios socioambientais do século XXI decorrem da reflexão sobre questionamentos como: podemos tudo que queremos? Queremos tudo aquilo que podemos? Tais sentenças merecem uma análise detalhada por parte da Educação Ambiental. (VELASCO, 2012)

Os variados efeitos da crise da pandemia da Covid-19 vêm sendo sentidos no mundo inteiro. Embora a saúde seja a sua face mais visível, o enfrentamento da doença dialoga com outros campos e fomenta diversas discussões. Escancararam-se, ainda mais, os graves problemas socioambientais como: a desigualdade social, a concentração de renda, a desestrutura existente no país e sua disfuncionalidade.

A complexidade da crise atual advém da multiplicidade e da interdependência dos problemas que lhes relacionados, os quais não podem ser resolvidos apenas com

intervenções nas áreas da saúde e da economia. Pinto (1979) nos auxilia nesse debate quando reflete sobre a complexidade das relações entre o homem e o meio conectada à natureza da ciência que, por sua vez, é uma ferramenta potente, fortalecedora da integração e da adaptação do homem ao mundo, na medida em que possibilita a introjeção do mundo no homem, algo determinante de seu pensamento, em razão da sua imersão e da capacidade de ação sobre as coisas. É conforme argumento do autor mencionado:

A ciência é a forma de resposta adaptativa de que somente o homem se revela capaz por ser o animal que vence as resistências do meio mediante o conhecimento dos fenômenos, ou seja, mediante a produção da sua existência, a individual e a da espécie. Adapta-se ao mundo porque o adapta a si, ao descobrir as razões lógicas das coisas e dos acontecimentos, e ao modificá-las de tal maneira que sirvam ao propósito de assegurar sua subsistência. (PINTO, 1979, p. 83).

A partir dessa pertinente concepção, pode-se afirmar que as crises ambientais contemporâneas exigem uma nova atitude adaptativa dos seres humanos. O desmatamento, os avanços do agronegócio e dos centros urbanos aceleraram a aproximação entre animais selvagens e humanos. Esses acontecimentos causaram a invasão pelo homem dos *habitats* naturais de diferentes espécies, promoveram seu contato com bactérias e vírus comuns em alguns animais, mas não para o ser humano. As superbactérias e bactérias, vírus e supervírus passaram a habitar os corpos dos seres humanos. É possível considerar esse fenômeno resultante, principalmente, da necessidade crescente de o homem dominar a natureza e acumular capital (PORTO, 2020).

A pandemia da Covid-19 trouxe para o debate mundial lógicas desfavoráveis ao meio ambiente e provenientes da biopolítica e da necropolítica. A partir dessas, quanto mais o capital ganha força, mais a vida padece, mais os seres humanos se aniquilam e os ambientes ecológico, político e social aumentam seu poder de toxicidade. Esse fato é contrário aos fundamentos propalados por políticas da Educação Ambiental favoráveis à valorização do indivíduo como um todo. Conseqüentemente a pandemia coloca em pauta a necessidade de uma mudança estrutural da consciência e da ordem do mundo para a promoção prioritária do equilíbrio ecológico, socioambiental e planetário.

O panorama atual requer leitura em contexto sistêmico de mundo, ao tentar entender o momento da crise pandêmica da Covid-19 configurado em ruptura de

conjunturas e instigante de debates sobre o pós-pandemia. A superação dessa realidade perpassa pela superação da lógica do estado mínimo que, na pandemia, revelou a sua ineficácia e ineficiência. A rigor, este modelo de estado nega a nossa humanidade, a qualidade da saúde, da vida, da educação, do ambiente e das políticas públicas para todos.

A Política Nacional de Educação Ambiental e a importância das pesquisas da Educação Ambiental Crítica

Ao tratar dos fundamentos da Política Nacional de Educação Ambiental, Saito (2012) apresenta cinco grandes desafios: a busca de uma sociedade democrática e socialmente justa; a condução ao desvelamento das relações de dominação em nossa sociedade; a vivência efetiva e concreta de ações transformadoras; a necessidade de constante busca do conhecimento. Além disso, deixa às claras a importância da noção de compreensão dos conflitos socioambientais, como parte integrante do quinto desafio, qual seja: a instrumentalização científico-tecnológica para a resolução de conflitos socioambientais. Este último tem um expressivo potencial integrador aos quatro primeiros desafios, pois induz o processo de ensino-aprendizagem, na medida que desvela a realidade, de forma crítica, dialógica e contextualizada. De outra maneira, também há a necessidade de a Educação Ambiental, na contemporaneidade, segundo Tristão (2012), superar dilemas importantes, com vistas a: enfrentar a multiplicidade de visões; superar a visão do especialista; superar a pedagogia das certezas e superar a lógica da exclusão.

Considerando-se como norteadores tais desafios e dilemas, no campo da pesquisa, a atuação do Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental, Políticas Públicas e Gestão Social dos Territórios (Gepet)⁴, ao qual é vinculado o presente trabalho, torna-se importante porque compartilha da responsabilidade ecológico-político-social de se apropriar de conhecimentos e fomentar pesquisas a partir de uma perspectiva da Educação Ambiental Crítica (EAC).

⁴ Grupo de Pesquisa cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e certificado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

A EAC se caracteriza, nesse contexto, pela diversidade e amplitude que aponta para uma identidade constituída de diversos vieses políticos e pedagógicos, de variadas concepções. Conforme Silva (2015), alguns autores são os mais referenciados em teses e dissertações que adotam a perspectiva teórico-metodológica baseada na EAC, a saber: Guimarães (2004), Lima (2004), Tozoni-Reis (2011), Loureiro (2012), Layrargues (2012) e Carvalho (2012). Com abordagens diferenciadas, a perspectiva crítica desses autores propõe: a Educação Ambiental Crítica “como educação política, que atua sob as relações de poder, buscando a transformação social, por meio da práxis educativa.” (GUIMARÃES, 2004, p. 40)

Em seus estudos e pesquisas, Lima (2004) defende a Educação Ambiental emancipatória influenciada pela pedagogia freireana e “[...] procura despertar a consciência do educando através da problematização dos ‘temas geradores’ pertencentes ao seu universo vivido”. Dessa maneira: “Trabalha o indivíduo, sua percepção em relação ao mundo e em relação aos outros indivíduos, visando sua inserção crítica na realidade.” (LIMA, 2004, p. 53-54). Em Tozoni-Reis (2011, p.49), destaca-se a pedagogia crítica da Educação ambiental, a qual:

[...] tem como objetivo a formação de sujeitos ambientalmente responsáveis, comprometidos com a construção de sociedades sustentáveis como ação política intencional que necessita de sistematização pedagógica. A EA é formação humana, um processo de construção histórica e coletiva.

Loureiro (2012, p.43), por sua vez, defende a Educação ambiental transformadora que “pressupõe uma educação voltada para a práxis social, que visa à construção de uma nova sociedade, na qual a sustentabilidade da vida, a atuação política consciente e a construção de uma ‘ética ecológica’ sejam seu cerne”. De outra forma, Layrargues (2012, p.45-46) argumenta sobre a Educação Ambiental emancipatória e de responsabilidade social que:

[...] procura contextualizar e problematizar as contradições do modelo de desenvolvimento e dos mecanismos de acumulação de capital; luta contra as formas de autoritarismo, opressão, exploração, domínio; politiza o debate ambiental; articula as diversas dimensões da questão ambiental e da sustentabilidade”.

Por fim, os estudos de Carvalho (2012,p.57) entendem que para compreender a EAC e a formação do sujeito ecológico:

[...] é preciso ressignificar o cuidado com a natureza e para com o outro humano como valores éticos e políticos. As práticas sociais de educação ambiental vão engajar-se na disputa por valores éticos, estilos de vida e racionalidade da vida social. Suas matrizes políticas e pedagógicas produzem culturas ambientais, influenciando sobre a maneira como os grupos utilizam os recursos naturais e planejam o futuro.

Cumprido destacar que o Materialismo Histórico-Dialético (MHD) é a referência teórico-metodológica privilegiada pelos principais autores da EAC. Suas categorias teórico-metodológicas remetem ao movimento contra-hegemônico associado às áreas das ciências sociais, ao pensamento crítico da “Pedagogia Popular” e à “Pedagogia Histórico-Crítica”, com base nas ideias de Freire e Saviani, respectivamente. Entende-se por “Pedagogia Popular” a pedagogia crítica de Freire, cuja construção epistemológica destaca:

[...] a importância do diálogo no processo de aprendizagem, a relação horizontal entre educando e educador, a valorização do saber do educando, a historicidade dos homens, da cultura e dos processos sociais, ao amor como fundamento do diálogo e como ato de liberdade, a crítica como elemento indispensável à libertação, a promoção do homem e do educando como sujeito de sua busca e de sua história e a transformação e libertação das relações de dominação que impedem a humanização dos indivíduos. (SILVA, 2015, p. 70)

Por seu turno, a Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani visa mostrar que “[...] as relações sociais de dominação e de exploração capitalistas são internalizadas como ideologia dominante que se materializa tanto em problemas sociais quanto em problemas ambientais” e, dessa maneira, o “primeiro passo para iniciar o processo de conscientização e desvelamento dessa ideologia” é “entender a sociedade.” (SILVA, 2015, p. 72)

Os diferentes conceitos trazidos para discutir os sentidos da Educação Ambiental, de acordo com Tristão (2012, p.236) “como auto-organização, complexidade, holismo e multirreferencialidade, extrapolam os limites das disciplinas que os engendraram. São transversais, pois atravessam vários campos do conhecimento”. Esta análise favorece vislumbrar tendências importantes para as pesquisas da Educação Ambiental. Articulações entre os diferentes objetos de estudo das Ciências Sociais visam à busca de diálogos interdisciplinares, com contribuições teóricas de diferentes estudiosos, possibilitam realizar o tensionamento e o questionamento necessários aos paradigmas científicos e educacionais da Educação Ambiental.

Por fim, vale ressaltar que, na busca de significação crítica para a Educação Ambiental, além das bases mencionadas, há outras, como: ecopedagogia (GADOTTI, 2000); ecoalfabetização (CAPRA, 2000); ecosofias (GUATARRI, 2009; MORIN, 2000, 2007; MAFFESOLI, 2017); e educomunicação socioambiental (BRASIL, 2008). A ecopedagogia (GADOTTI, 2000), substitui o conceito de desenvolvimento sustentável pelo de ecologia fundamentada na ética, que transforma profundamente o papel do ser humano, as atitudes, o jeito de pensar e de agir coletivamente.

Esta forma de conceber a relação com o desenvolvimento e com o ambiente valoriza o sentimento, a emoção, relacionados à educação, desperta o desejo da mudança, difere-se das teorias educacionais que dão maior ênfase a aspectos cognitivo e racional. Essa compreensão pretende tornar o estudante um agente transformador, um cidadão que não se submete aos acontecimentos à sua volta, mas apresenta atitudes ecológicas, compreende os problemas ambientais e toma decisões importantes para uma transformação social. (MOREIRA NETO, 2010)

Consoante as práxis ecológicas de Guattari, a Ecosofia é um modelo prático e especulativo, ético-político e estético para a renovação das antigas formas de concepção do ser humano, da sociedade e do meio ambiente. Propõe-se a recomposição das práticas sociais e individuais para uma nova relação da humanidade com o *socius*, a *psique* e a natureza. Esta última, atualmente devastada, precisa ser integrada ao fazer humano, individual e social, premissa que se constitui na pedra de sustentação para a reorganização de objetivos e métodos nesse campo de pesquisa. (CÓRDULA, 2013)

Com a ecosofia de Edgar Morin, realiza-se a reflexão sobre a ecologia e sobre a relação homem-sociedade-natureza, desenvolve-se com profundidade o pensamento para enxergar a complexidade da questão ambiental. O autor propõe a aliança conceitual eco-bio-antropossocial, em que a natureza, sociedade e homem são pensados de forma associada e suas implicações mútuas podem ser enxergadas e ressignificadas, percebe a complexidade como eco-organizadora de novas regras humanas e de organização da natureza. Dessa forma, ganha espaço a importância da Educação Ambiental, enquanto uma ação estratégica capaz de formar indivíduos para se guiarem pela natureza e não de dominá-

la. (PIVA, 2004). Enquanto para Maffesoli, a ecosofia baseia-se no pensamento holístico e relacional, integra as práticas do cotidiano ao território e a outras formas espaciais, inclui as tecnologias digitais e em rede, vai além do antropocentrismo, parte da observação do que está além de nós, dos nossos elos cósmicos e ctônicos. (SILVA, 2019)

Quanto à educomunicação socioambiental, esta se relaciona com a noção de instrumentalização educativa ofertada à sociedade com objetivo de viabilizar a construção da cidadania socioambiental para o surgimento de sociedades sustentáveis. Essa perspectiva protagoniza o espaço de fala, de dialogicidade, de intercâmbio, de interatividade, de argumentação, de mobilização e de comunicação dos atores sociais para o seu empoderamento e dá visibilidade às experiências humanas, emergidas dos conflitos sociais surgidos da questão socioambiental, para a formação da consciência do agir participativo (MARTINS, 2015). Nesse cenário, o crescimento econômico e social sustentável, com inclusão, exige o fortalecimento da pesquisa, da produção de inovação, de conhecimento, com investimentos estáveis, duradouros nas instituições que promovem pesquisas, bem como o compartilhamento de conhecimentos.

A complexidade das pesquisas na temática ambiental evidencia a necessidade da diversidade metodológica, de superação dos dualismos e do engajamento nos processos de desconstrução e reconstrução dos paradigmas, das abordagens e das narrativas da hegemonia e contra-hegemonia, na história e na experiência da construção de conhecimentos da Educação Ambiental. Por meio desses movimentos, busca-se o estabelecimento de um contexto ambientalmente mais equilibrado, justo, igualitário e democrático.

As implicações da crise socioambiental, da crise pandêmica da Covid-19 e da política conservadora para as novas pautas da Educação Ambiental

Formar cidadãos conscientes e atuantes na defesa de uma causa que exige a participação social, a atenção para o lugar onde habitamos é sempre necessário. Portanto, é preciso refletir sobre hábitos, rotinas e desenvolver uma ética do cuidado, em resposta aos desafios socioambientais. Por intermédio da Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o

seu regulamento, o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, o governo brasileiro reconheceu a importância da natureza e da sua relação com a sociedade e assumiu legalmente a Educação Ambiental como uma política pública no Brasil, estabelecida com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Em tempos recentes, vive-se um desafio globalmente imposto pelo contexto pandêmico da Covid-19. O novo coronavírus (SARS-CoV-2), agente causador da doença emergente Covid-19, tem fortes ligações com as alterações socioambientais decorrentes das relações dos homens com a natureza. (SILVA; NASCIMENTO; AMARAL, 2020). Entretanto, essa compreensão não é aceita por aqueles que colocam em dúvidas conhecimentos produzidos pelas pesquisas científicas que alertam para o potencial de contaminação e letalidade do vírus, da mesma forma que denegam a crise socioambiental.

A escalada da política conservadora no Brasil, nos últimos anos, impulsiona uma reorganização política e social brasileira, com graves impactos para a população e para as políticas públicas de cunho social “[...] devido ao choque da aliança entre o conservadorismo histórico e conservadorismo religioso e as tendências globais e inexoráveis, como a globalização [...]” (CALEJON; VIZONI, 2019). Nesse conjunto, os últimos mandatos do governo federal e, especialmente o mandato atual, desprezam a agenda ambiental nacional e a elaboração de políticas efetivas, deixam de apresentar resultados satisfatórios, esvaziam a cidadania e minimizam o papel do estado e dos seus governantes. Na realidade, esse redirecionamento da ideia de cidadania propicia, em grande medida, um deslocamento e um esvaziamento da obrigação do estado, tornando-o:

[...] mais vinculado ao facilitamento de uma política de não intervenção [...] de flexibilização de relações de trabalho e relaxamento de regras para movimentação de bens e capitais. [...] a forma como elas adquirem prioridade na administração pública acabam por reduzir o núcleo duro moral e político da cidadania, maximizando a função estritamente econômica dessa instituição. (MAIA; PONTIN, 2019, p.148)

Como um exemplo muito emblemático dessa situação, o Ministério da Educação no atual governo configura-se pela inconstância, inércia e vulnerabilidade na condução da política nacional (VIEIRA; MACHADO; DE SOUZA, 2020), bem demarcadas pela troca de Ministros e defesa políticas controversas de cunho ultraconservador. O Ministro que mais

perdurou no cargo desprezou por completo a pauta das políticas da Educação Ambiental, apresentou uma gestão danosa para a formação do sujeito comprometido com as questões socioambientais. Além disso, Abraham Weintraub criou obstáculos para a efetivação da democracia, quando feriu o direito constitucional da gestão democrática da educação, minimizou e diminuiu recursos direcionados a políticas de ação afirmativa de acesso de negros, indígenas e deficientes à pós-graduação, políticas de inclusão digital para estudantes das escolas públicas, de formação de professores, etc.

Da mesma maneira, o Ministério do Meio Ambiente descontinuou políticas de proteção ambiental e, durante a pandemia da Covid-19, de forma muito oportunista, aproveitou uma mobilização nacional em torno das ações e políticas de enfrentamento do vírus para salvar vidas e se propôs a avançar na desregulamentação dos processos fiscalizatórios e reguladores de combate à destruição ambiental. Nas palavras do ex-Ministro Ricardo Salles, em reunião do dia 22 de abril de 2020, o governo deveria aproveitar o momento da pandemia para “ir passando a boiada”:

Segundo ele, seria hora de fazer uma “baciada” de mudanças nas regras ligadas à proteção ambiental e à área de agricultura e evitar críticas e processos na Justiça. “Tem uma lista enorme, em todos os ministérios que têm papel regulatório aqui, para simplificar. Não precisamos de Congresso”, disse o ministro do Meio Ambiente. (G1 GLOBO,2020)

Nesse cenário, o que pensar sobre as atuais e novas pautas das políticas de Educação Ambiental, em contexto de pandemia, se o Ministro do Meio Ambiente, que mais tempo ficou na pasta durante o governo, demonstrou uma explícita intenção de avançar com um projeto antiambiental, de desmantelamento das condições de proteção ambiental? O que dizer se aquele gestor não apenas esteve disposto a desmontar os regramentos da própria pasta, mas também de conclamar todo o governo a fazer o mesmo? Como dialogar com um governo de visão tão peculiar, em que o Ministérios e todos os demais órgãos de estado fecham os olhos para a ampliação das áreas desmatadas e para os incêndios criminosos que dilapidam e destroem os biomas brasileiros de forma escancarada e flagrante? O que esperar de governantes que entendem a relação homem e natureza como predatória da preservação e conservação da vida, em favor do agronegócio e da exploração econômica dos grandes conglomerados nacionais e internacionais?

Ao conspirarem dolosamente contra a vida, tais gestores implementam uma gestão criminosa e em desvio de finalidade. Suas ações fortalecem um processo de desmonte e de anulação das pautas ambientais, ao tempo em que eles se aproveitam da pandemia e da perda de mais de meio milhão de vidas brasileiras para destruir a governança e a Educação Ambiental construída a duras penas no Brasil, nos governos anteriores. Como saldo e resultados de tais ações governamentais, constata-se o comprometimento da sustentabilidade socioambiental, de forma preocupante, porque irreversível, por aqueles que teriam o dever constitucional de garanti-la.

Se por um lado, compreende-se a complexa crise socioambiental que o Brasil vive nos últimos anos como resultante de ações dos governos conservadores, por outro é fundamental atentar que requer uma metamorfose ecológica, com vistas ao retorno do tratamento comprometido com pautas ambientalmente responsáveis e socialmente justas, capazes de minimizar as dificuldades do combate aos problemas ambientais. Trata-se de configurar possibilidades de políticas socioambientais reconstrutivas no cenário do pós-pandemia, sob pena de outros tantos males, iguais ou tão letais como a crise gerada pela Covid-19, abaterem a humanidade.

Frente a todos os desafios postos na contemporaneidade, a escola, movimentos sociais, ONGs e demais agrupamentos de matizes progressistas se constituem como atores importantes no enfrentamento da crise socioambiental. Um enfrentamento que busque, coletiva e democraticamente, soluções para os impactos acumulados e estabeleça conexões necessárias ao enfrentamento das repercussões da crise socioambiental e pandêmica da Covid-19. Logo, novas e consistentes pautas para políticas de Educação Ambiental, que se regulem por compromissos firmados quando da aprovação da Política Nacional de Educação ambiental (PNEA), desde o início dos anos 2000, devem ser estabelecidas.

A pesquisa e o compromisso político-pedagógico da defesa, análise e proposição de novas pautas para a Educação Ambiental

A Educação Ambiental, ao longo dos anos, ratifica-se em campo investigatório específico, envolve metodologias variadas, organiza-se em sistemas, com um repertório

vasto de pesquisadores no Brasil e no mundo, com produção científica robusta. Na Bahia, o Gepet realiza estudos, atividades de ensino, pesquisas e extensão acerca de Políticas Públicas para Educação Ambiental, Educação Profissional e Tecnológica e Gestão Social dos Territórios como instrumentos de compreensão e construção do Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Em relação à Educação Ambiental, o Gepet imprime esforços para realizar diagnósticos de representação das pautas ambientais, na percepção dos diversos atores sociais no estado da Bahia. O Grupo de Pesquisa segue atento a questões e problemáticas socioambientais inseridas e influentes na formulação, gestão e articulação das políticas e na produção de novos conhecimentos. Nesse intento, sinaliza conflitos de interesse, limites e possibilidades de enfrentamento, estimula práticas sustentáveis no campo e nas cidades, gera novos conhecimentos e sempre se posiciona em defesa de grupos e instituições que, historicamente, lutam nos Territórios de Identidade (TI) por uma cultura ambiental contra-hegemônica.

O Gepet influencia na inclusão da dimensão ambiental na educação e nos projetos políticos pedagógicos de instituições, movimentos sociais e nas práticas de grupos sociais engajados com as causas e problemáticas socioambientais. Sua identidade destaca-se pelo envolvimento teórico-prático, na perspectiva crítica da Educação Ambiental, valorizando o compromisso com a construção da sustentabilidade, por meio das atividades que realiza. Como iniciativa, se estruturou na busca do caráter analítico e crítico das discussões que enseja, tendo como referência a relação entre a Educação Ambiental, gestão social nos territórios, bem como a importância da pedagogia da práxis como formadora do ser humano em contexto social. Nesse sentido, Mutim (2018, p.145) assevera:

[...] a consolidação do Gepet como *lócus* de pesquisa e instrumento institucional garante o suporte para orientação de educadores/pesquisadores, cientistas em formação, tendo como base referencial a análise da relação entre a educação ambiental e a gestão social em diferentes contextos territoriais.

A discussão sobre política, território, gestão social, desenvolvimento territorial e sustentabilidade ganha volume, na medida em que o Grupo acumula experiência e se fortalece na missão de expandir o campo da Educação Ambiental, por meio de processos

educativos para além dos muros da escola, com o intento de inserir tais temáticas nas discussões da educação contemporânea.

As ações do Gepet têm alcançado grande parte dos seus objetivos quando, segundo Mutim (2018), o grupo vem “tornando essa nova matriz interpretativa uma realidade no campo da experiência prática e teórico-metodológica, trazendo novos sentidos aos conhecimentos construídos”(MUTIM 2018, p. 148).

Ao longo dos anos, o Gepet participa ativamente, de debates nacionais sobre a temática junto à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), especialmente do GT 22 – Educação ambiental, trazendo contribuições significativas construídas em pesquisas que o grupo desenvolve, desvelando desafios e possibilidades para o desenvolvimento da Educação Ambiental e apontando possíveis enfrentamentos calcados na tendência da EAC.

Em texto publicado nos Anais de Reunião Científica da Anped Regional (Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste (EPEN)), pesquisadores do Gepet, ao refletirem sobre Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável, evidenciaram as mazelas existentes em Unidade de Conservação situada na Cidade de Cruz das Almas – BA. Fortemente degradado e em estado de abandono, o local revela impactos de políticas conservadoras sobre o ambiente. Segundo Paixão, Sampaio e Grisi (2018, p. 04), esse espaço é tido “como potencial científico e turístico do município”, sendo que, no entanto, “passa por este contexto histórico”. Nesse sentido, os pesquisadores acrescentam:

[...] adicionalmente e devido ao que se tem construído, ainda é possível desfrutar de suas belezas naturais apreciando uma flora ainda exuberante, uma diversidade de pássaros silvestres, répteis e insetos da fauna brasileira, e ainda usufruir das nascentes, fontes naturais de água subterrânea. (PAIXÃO; SAMPAIO; GRISI, 2018, p. 04).

Nesse estudo, fica clara a ausência das políticas públicas para a preservação e conservação da área. As políticas públicas de Educação Ambiental, para Sorrentino *et al.* (2005, p. 285) “implicarão uma crescente capacidade do Estado de responder às demandas que surgem do conjunto articulado de instituições atuantes na Educação Ambiental Crítica e emancipatória”. Desse modo, é inconteste a importância do delineamento e da implantação de políticas públicas de Educação Ambiental com análises críticas, de forma participativa e

dialógica, por meio de ações que não atendam aos interesses dos atores hegemônicos, mas que sejam propostas pelos cidadãos e grupos sociais organizados, fortalecem a sua implementação.

No âmbito escolar, Santos e Mutim (2018) discutem a política de Educação Ambiental, em contexto de desenvolvimento local. Um dos aspectos suscitados pelos autores diz respeito à precária implementação da política de currículo para os professores da rede estudada, revela descompasso na prática/teoria. Santos e Mutim (2018, p. 01) mencionam, entretanto, que “a escola, é considerável aliada da comunidade local ao incentivar e propiciar um novo olhar sobre o contexto, transformar mentores e agentes para facultar acesso aos estudantes a adquirirem conhecimento ambiental, aprendizagens e atitudes autônomas [...]” Além de analisar problemas enfrentados pelos professores na aplicação do conteúdo da Educação Ambiental, os autores sinalizam a multiplicidade de fatores que impossibilitam a ação docente no tocante à temática.

Elementos para um novo esperançar

Vivemos um processo, de negação e de invisibilização do grave processo socioambiental instaurado mundialmente. O sistema atual cria uma condição de morte permanente na medida em que promove a injustiça cotidiana da contaminação e desproteção ambiental que conduz à destruição da natureza. A recolocação das questões fundamentais precisa ser feita com a proposição e planejamento das novas pautas ambientais que levem em consideração a mudança nas dinâmicas socioambientais e os desafios para se garantir as condições mínimas de sobrevivência humana em um planeta ameaçado pela nossa forma de pensar e agir.

A pandemia da Covid-19 trouxe uma policrise e, nesse cenário, o Brasil aprofunda a sua crise política e federativa causada por ações de governos conservadores e evidente retrocesso nas questões socioambientais. Está em curso no Brasil uma política de enfraquecimento dos órgãos que atuam na promoção da proteção ambiental. Os discursos e

linhas de ação do atual governo incentivam o desalinhamento das diretrizes da política de estado e evidenciam a descoordenação da gestão em geral.

A Educação Ambiental pode transformar a vida das pessoas de forma definitiva e o contexto da pandemia está nos trazendo a maior das reflexões de que não há sustentabilidade sem educação, de que é preciso se investir nisso, de forma robusta, incessante e que os esforços de hoje serão preparatórios para o futuro. É preciso usar a competência e o potencial individual e coletivo para recriar, reinventar, reaprender. As circunstâncias atuais são extremamente desafiadoras, mas as lições de agora precisam habitar o nosso cotidiano no pós-pandemia para melhorar a Educação Ambiental brasileira.

As desigualdades e diferenças em nosso país potencializam o desafio para reverter esse quadro. Entretanto, é fundamental o funcionamento da institucionalidade, dos órgãos gestores das políticas da Educação Ambiental para a materialização de programas, planos, processos participativos, sistemas, fóruns, conselhos, comissões, setores e segmentos da sociedade civil que concebem a educação como uma ferramenta para a conscientização das questões socioambientais.

Refletir sobre o pós-pandemia para Educação Ambiental é desenvolver o espírito de liberdade que promove três princípios básicos: o amor, o cuidado e a criatividade. O atual cenário nos faz refletir sobre mudanças nas práticas pedagógicas, pois pensar em Educação Ambiental é viabilizar o contato com o objeto de conhecimento, a relação com o outro, com a cinestesia, o diálogo, o compartilhamento de experiência e a troca de saberes, aspectos que se tornam desafios em um contexto de distanciamento e isolamento social. Os achados para superar essa realidade suscitarão uma nova tendência para a Educação Ambiental no Brasil.

No que concerne à atuação do Gepet, são promissoras as oportunidades de expansão dos estudos na proposição das novas pautas ambientais, à medida que estabelecem, estimulam e apoiam a missão de superar desafios socioambientais no meio acadêmico, escolar, territorial, junto aos coletivos e instituições educadoras.

O sistema político no Brasil está sem rumo, sem perspectiva, mas a sociedade se movimenta formando redes de ajuda, de solidariedade e colaboração: lógicas bem distantes

do modelo capitalista hegemônico existente. A sociedade é viva e atua na busca de soluções para traçar perspectivas de um futuro melhor, para a construção de um novo projeto de Brasil-nação. As lições da pandemia da Covid-19 são muito valiosas, neste momento, dado que evidenciam que o capitalismo se tornou um vírus pandêmico que insiste em se espalhar, sendo urgente o desenvolvimento de uma vacina contra essa doença de cunho social, econômico e ambiental.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3ª reimp. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação ambiental, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm. Acesso em: 27 de jun. 2020.

BRASIL. Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação ambiental e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 27 de jun. 2020.

BRASIL. **Programa de Educomunicação socioambiental**: comunicação popular e educação. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

CALEJON, Cesar; VIZONI, Adriano. **A ascensão do bolsonarismo no Brasil do século XXI**. São Paulo: Lura Editorial, 2019.

CAPRA, Fritjof. **Ecoalfabetização**: criação de uma rede de aprendizagem baseada na comunidade. Califórnia: Centro para Ecoalfabetização, 2000.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2012.

CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena. **A ecosofia e as três ecologias de Félix Guattari na formação do sujeito ecológico**, 13 de ago. de 2013. Disponível em:

<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/meioambiente/0041.html>. Acesso em: 20 de jul. 2020.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**: Ecopedagogia e educação sustentável. CLACSO, 2000.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 20. ed. Campinas: Papyrus, 2009.

GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental crítica. *In*: LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Prefácio. *In*: LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. *In*: LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2012.

MAFFESOLI, Michel. Ecosofia: sabedoria da Casa Comum. **Revista Famecos**, v. 24, n. 1, 2 jan. 2017.

MAIA, Tatiana e PONTIN, Fabrício. Cidadania, semi-cidadania e democracia no Brasil contemporâneo. *In*: PINHEIRO-MACHADO, Rosana *et al.* **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Oficina Raquel, 2019, p. 144-160.

MARTINS, Janaina Senna. **A educomunicação socioambiental no contexto das políticas públicas de Educação ambiental no Brasil**. Orientador: José Vicente de Freitas. 2015. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação ambiental) - FURG, Rio Grande do Sul, 2015.

MINISTRO do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. **G1 - Globo**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 27 de jun. 2020.

MOREIRA NETO, Paula Cristina. **Educação ambiental em uma perspectiva da Ecopedagogia: análise de projetos desenvolvidos no programa agrinho em uma cidade do DF**. Orientador: Wildson Luiz Pereira dos Santos. Co-orientadora: Claudia Márcia Lyra Pato. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Escola, Aprendizagem e Trabalho Pedagógico) - Faculdade de Educação, UnB, 2010.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MUTIM, Avelar Luiz Bastos. Educação ambiental, Políticas Públicas e Gestão Social dos Territórios/GEPET: campo de investigação e práxis de um grupo de pesquisa (2010-2015). *In*:

MUTIM, Avelar *et. al.* (org). **Educação Profissional, território e sustentabilidade.** Curitiba: CRV, 2018.p. 143-167.

NASCIMENTO, Regina Cláudia do; AMARAL, Adzamara Rejane Palha; SILVA, Maria Regina de Oliveira. Impactos socioambientais e a pandemia do novo coronavírus. **Holos**, v. 5, p. 1-13, 2020.

PAIXÃO, Claudia Melo da; SAMPAIO, Tereza Verena Melo da Paixão; GRISI, Edson Fraga. Refletindo sobre Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a Fonte do Doutor, em Cruz das Almas, Bahia. **XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste.** Reunião Científica Regional da ANPED, 2018.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência:** problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PIVA, Adriana. A difusão do pensamento de Edgar Morin na pesquisa em educação ambiental no Brasil. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, v. 2, 2004.

PORTO, Patrícia Rosas. Educação Ambiental e as repercussões da Pandemia COVID-19: evidências de novas lutas no campo socioambiental. **XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste.** Reunião Científica Regional da ANPEd, 2020.

SAITO, Carlos. Política Nacional de Educação ambiental e Construção da Cidadania: revendo os desafios contemporâneos. *In:* RUSCHEINSKY, Aloísio (org). **Educação ambiental:** abordagens múltiplas. 2. ed., Porto Alegre: Penso, 2012.p. 54-76.

SANTOS, Simone Teles da Silva; MUTIM Avelar Luiz Bastos. Desafios e possibilidades para o desenvolvimento do ensino de Educação ambiental na escola do campo. **XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste.** Reunião Científica Regional da ANPEd, 2018.

SILVA, Dayana Melo da. A ecosofia de Michel Maffesoli e suas implicações tecnocomunicacionais. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 13, n. 2, p. 70-88, 2019.

SILVA, Maria Cristina Bolela. **A perspectiva crítica nas pesquisas em Educação Ambiental.** Orientadora: Clarice Sumi Kawasaki. 2015.119 f. Dissertação(Mestrado em Educação)- Faculdade de Ciências, Letras e Filosofia de Ribeirão Preto, USP, Ribeirão Preto, 2015.

SORRENTINO, Marcos *et al.* Educação ambiental como política pública. **Educação e pesquisa**, v. 31, p. 285-299, 2005.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos *et al.* Educação e sustentabilidade: relações possíveis. **Olhar do professor.** Ponta Grossa, 14(2): 293-308, 2011.

TRISTÃO, Marta. As dimensões e os desafios da educação ambiental na contemporaneidade. *In: RUSCHEINSKY, Aloísio (org). Educação ambiental: abordagens múltiplas. 2 ed., Porto Alegre: Penso, 2012.p. 233-249.*

VELASCO, Sírio. Querer-poder e os desafios socioambientais do século XXI. *In: RUSCHEINSKY, Aloísio (org). Educação ambiental: abordagens múltiplas. 2 ed., Porto Alegre: Penso, 2012.p. 42-53.*

VIEIRA, Andrea Carvalho; MACHADO, Célia Tanajura; DE SOUZA, Diogo Onofre Gomes. Formação docente, tecnologia educacional e Educação ambiental pós-pandemia da Covid-19. **Revista Sergipana de Educação ambiental**, v. 7, n. Especial, p. 1-17, 2020.

Submetido em: 17-07-2021.

Publicado em: 16-12-2021.